



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

II – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Geralt, nasceu e sempre morou na cidade de Nilfgaard. Com grande apreço por questões políticas, completou 18 anos e imediatamente fez seu título de eleitor. Na primeira eleição municipal, depois do seu voto, passou a acompanhar mais de perto os investimentos do município por meio do portal da transparência no qual mantinha todas as informações sempre em dia.

No ano de 2018, o prefeito João, eleito para seu segundo mandato, determinou a construção de um pórtico com espaço de lazer para a comunidade. Foi aberto processo licitatório na modalidade diálogo competitivo, com base na nova lei de licitações para apresentação de projetos que respeitassem a ordem urbanística, sendo vencedora a empresa XYZ projetos.

Com o projeto em mãos, em 2019, uma nova licitação na modalidade concorrência foi aberta para execução do projeto e seguindo todos os trâmites legais a vencedora foi a empresa ABC engenharia. Na análise dos documentos, ficou constatado que a empresa teria como sócios os mesmos que executaram o projeto, ambas empresas funcionavam juntas e que há pouco tempo iniciaram no ramo de construção, fazendo parte do mesmo grupo econômico.

Com essas informações o prefeito determinou que a empresa fosse desclassificada e que a próxima colocada fosse chamada onde após todos os procedimentos, iniciou a construção em junho de 2021.

Dois meses após o início das obras houveram novas eleições e o novo prefeito Jorge assumiu o andamento do projeto. Analisando a contratação da empresa e percebendo a desclassificação da empresa que apresentou o menor preço, o atual prefeito instaurou processo por Improbidade Administrativa em desfavor do ex-prefeito João, pela prática de lesão ao erário por frustrar a licitude de processo licitatório que acarretou perda patrimonial efetiva, bem como na violação de princípios pois deixou de dar publicidade aos atos durante o tempo do seu mandato, indicando como penalidade a suspensão dos direitos políticos de João por 14 anos.

O juízo da Vara da Fazenda Pública de Nilfgaard determinou a citação de João. Ao receber a citação, no mesmo dia procura você para apresentar sua defesa. Redija a peça cabível, invocando todos os argumentos pertinentes à luz do caso concreto. (Valor 5,00).

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A Associação de protetores do meio ambiente do Município X, constituída há 6 meses, propôs Ação Civil Pública em desfavor do Município que estava arrancando árvores que formavam uma linda paisagem em uma das ruas principais, que além de oferecerem sombra era um lugar de encontros principalmente aos finais de semana. A ação do Município estava provocando erosões nos pátios e rachaduras nos muros das casas e até mesmo na rua, o que, além de interferir na questão do meio ambiente e paisagística estava colocando em risco as moradias daquela localidade.

Partindo do caso concreto, responda:

A) Há possibilidade de ser dispensado o requisito da pré-constituição de um ano das Associações quando há relevância do bem jurídico protegido? (0,65)

B) Agindo a associação de má-fé, haveria algum tipo de responsabilização para seus diretores responsáveis pela propositura da ação? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Ernesto servidor público estável no cargo de técnico tributário federal, passou em um concurso para auditor fiscal da União. Ao final do estágio probatório do novo cargo, Ernesto foi inabilitado. Assim procura você a fim de sanar as seguintes dúvidas:

A) Ao ser inabilitado no estágio probatório, cabe a Ernesto a possibilidade de retorno ao cargo anteriormente ocupado? (0,65)

B) Havendo a necessidade de licença para tratar interesses particulares, existe possibilidade de concessão ao servidor em estágio probatório? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída a 3 anos tem interesse em qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Para isso busca realizar requerimento ao Ministério da Justiça e tem seu pedido deferido.

Após um ano de sua constituição iniciam as campanhas eleitorais e como forma de gratidão pela oportunidade a pessoa jurídica qualificada inicia campanha política por meio de bandeiraços com seus colaboradores.

Diante dos fatos, responda:

A) Após o deferimento do Ministro da justiça, é instituída alguma formalização entre o poder público e a entidade qualificada? (0,60)

B) As Organização da Sociedade Civil de Interesse Público podem participar de campanhas político-partidárias? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Lucas há 20 anos utiliza um terreno de propriedade do Município X para plantações de legumes e verduras que vende toda semana na feira do produtor. Para facilitar seu trabalho, pagou máquinas para nivelar todo terreno e construiu uma casa para embalar os produtos antes da comercialização.

Quinze dias atrás o prefeito noticiou que ocuparia o terreno para construção de um edifício onde funcionarão todas as secretarias do município.

Entristecido com a notícia, com receio de perder sua única renda que propicia o sustento de toda sua humilde família, Lucas procura você questionando:

A) Comprovando a utilização do terreno por 20 anos sem que o município manifestasse qualquer interesse, caberia à Lucas a usucapião do terreno? (0,65)

B) Cabe a Lucas indenização pelas benfeitorias do terreno? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel e Felipe Duque



@ProfIgorMaciel

@felipe_duque